

Luta por Reconhecimento e Teorias do Autoritarismo: um estudo sobre o potencial crítico da díade identidade e reconhecimento

Flávio Borges Faria¹

Recebido em março de 2023

Aceito em maio 2023

RESUMO

Este artigo visa investigar o atual potencial crítico do conceito de luta por reconhecimento, de Axel Honneth, na medida em que o confrontamos com as teorias sobre o autoritarismo de Theodor Adorno (1903-1969), Nancy Fraser, Vladimir Safatle e Maria Rita Kehl. Assim, num primeiro momento, recuperaremos criticamente a cosmovisão (*Weltanschauung*) impressa pelos conceitos de identidade e reconhecimento em Honneth. Depois, confrontaremos essa visão de mundo à cosmovisão das teorias sobre o autoritarismo, estas unidas pelo prisma marxista da *totalidade histórica*.

Palavras-chave: Autoritarismo; Reconhecimento; Identidade; Teoria Crítica.

Struggle for Recognition and the Theories of Authoritarianism: investigations on the critic potential of identity and recognition

ABSTRACT

The present article seeks to investigate the critical potential of the struggle for recognition theory, by Axel Honneth, in comparison to the theories of authoritarianism by Theodor Adorno (1903-1969), Nancy Fraser Vladimir Safatle and Maria Rita Kehl. To begin with, we will investigate the worldview based on the concepts of identity and recognition, by Honneth. Afterwards, we shall confront this worldview with the theories about the authoritarianism.

Keywords: Authoritarianism; Recognition; Identity; Critical Theory.

Introdução

As considerações sociológicas sobre o fascismo podem ser agregadas numa *Teoria do Autoritarismo*. Tais considerações passam por diversas abordagens, cuja especificidade de cada uma se mistura com diversas áreas do saber. Disciplinas como história, filosofia, psicanálise e psicologia se unem à sociologia no sentido de construir uma *Teoria do*

¹ Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL-UnB). E-mail: flavio.b.faria123@gmail.com

Autoritarismo. Neste artigo focalizaremos apenas os desdobramentos principalmente sociológicos da *Teoria Crítica da Sociedade* ao interpretar as características do fascismo. Ademais, nós o faremos sob um enfoque específico: observaremos os desdobramentos históricos e críticas dos conceitos de identidade e reconhecimento. Tal enfoque reúne um grupo específico de autores, a saber, Karl Marx (1818-1883), Theodor Adorno (1903-1969), Axel Honneth, Jürgen Habermas, Vladimir Safatle e Maria Rita Kehl.

Nossos esforços estão alinhados à história sociológica das ideias de Karl Mannheim (1893-1947). A *Weltanschauung* (*visão de mundo* ou *cosmovisão*) de Mannheim busca delimitar os fundamentos simbólicos das interpretações correntes (MANNHEIM, 2015). O conjunto de ideias forma a cosmovisão de um tempo, e assim visualizaremos o compartilhamento simbólico dos referidos intelectuais. Portanto, existe uma cosmovisão que circunscreve a formação do conceito de identidade, e a seguiremos no sentido de investigar as variações deste conceito.

Por fim, ao seguir as concepções de identidade historicamente, será possível testar o potencial crítico deste conceito. Surgem assim os seguintes questionamentos: uma teoria do autoritarismo baseada na díade identidade/reconhecimento ainda possui potencial crítico? Ou será que esta díade foi ultrapassada? Autores mais recentes, como Nancy Fraser, Maria Rita Kehl e Vladimir Safatle propõem outro modelo normativo, distinto daquele proposto por Honneth, este inspirado por Habermas. Esses autores recentes retornam para Marx e Adorno na medida em que procuram recuperar a noção de *totalidade histórica*.

Em suma, exploraremos a passagem da dimensão macrossocial e macrossociológica para a análise microssocial e microssociológica. Após esta passagem observarmos o novo retorno ao nível macrossociológico de análise. Vejamos como se deu esse retorno, e se de fato a díade identidade e reconhecimento perdeu seu potencial crítico.

Estrutura epistêmica dos conceitos de identidade e reconhecimento

O início da luta por reconhecimento, de Honneth, deve ser encontrado na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (2022). O autor possui um modelo

normativo de caráter democrático-republicano, cuja expressão inspirou Honneth em *Luta por Reconhecimento* (2011). O modelo habermasiano é construído em contraposição ao modelo liberal de democracia. Em suma, o autor interpreta criticamente algumas características do liberalismo no sentido de formular uma teoria política da comunicação.

Habermas contrapõe *razão instrumental* e *razão comunicativa* (HABERMAS, 2007). A primeira, de origem liberal, mobiliza a racionalidade para atingir um fim específico, individualmente orientado. Assim, a razão instrumental é a principal aliada da ciência positivista, cujo procedimento de pesquisa, como menciona Max Horkheimer, é caracterizado pela divisibilidade profunda dos fenômenos empíricos (HORKHEIMER, 1983). A via racional-positivista, nesse sentido, perde a consistência histórica comunitária, isto é, a consciência de que a sociedade capitalista é dividida em classes bastante díspares. A racionalidade instrumental reproduz, assim, as relações *reificadas*² do capitalismo moderno: ela reproduz a organização imposta pela classe dominante, cujo objetivo é sustentar a eficiência produtiva do trabalho estranhado, na medida em que esconde as relações de exploração entre classe dominante e classe dominada (HORKHEIMER, 1983).

Inversamente, a *razão comunicativa* visa reabilitar a racionalidade em direção à participação política ativa das classes não hegemônicas. Esta razão está próxima das experiências cotidianas, da razão que se constrói comunitariamente. Nesse sentido, o fator dialógico opera como função da política deliberativa:

O terceiro modelo de democracia, que eu gostaria de defender, apoia-se precisamente nas condições de comunicação sob as quais o processo político pode ter a seu favor a presunção de gerar resultados racionais, porque nele o

² A definição de reificação pode ser visualizada no capítulo 1, intitulado A Mercadoria, do primeiro livro *d'O Capital*, de Karl Marx. No momento em que as forças produtivas direcionam seu ímpeto para a produção de bens destinados exclusivamente para a troca, a cisão entre valor de uso e valor de troca ganha formas concretas. A utilidade da mercadoria se torna pequena perto de sua grandeza de valor no mercado. Segundo Marx, isso contribui para que as *relações sociais*, compostas principalmente por proletários e, portanto, indispensáveis à produção de mercadorias, fiquem cada vez mais esmaecidas pela troca objetos. Nesse contexto, os trabalhadores só reconhecem seu próprio trabalho durante a troca de mercadorias. E tal trabalho, projetado nas mercadorias, já não lhes parece advindo de seus próprios músculos. O processo de reificação se dá, portanto, quando a grandeza de valor dos produtos se sobrepõe ao seu valor de uso, na medida em que afasta o trabalhador dos produtos de seu trabalho. O fluxo infundável de objetos, alimentado pelo capital, atinge também a teoria. E assim ela é capaz de incentivar a cisão entre valor de uso e valor de troca (MARX, 2013, p. 146-158).

modo e o estilo da política deliberativa realizam-se em toda a sua amplitude (HABERMAS, 1995, p. 43).

A comunicação produz deliberações racionais. A melhor decisão, racionalmente escolhida, é resultado do processo dialógico realizado no âmbito das comunidades comunicativas (HABERMAS, 2007). Assim, Habermas propõe que a democracia seja o arcabouço da *intersubjetividade de ordem superior* – a comunicação ocorre dentro das instituições racionalizadas e, por conseguinte, a ação comunicativa, sob a perspectiva habermasiana, deve ser normatizada. A normatização em Habermas delimita que os discursos, qual seja, o ato comunicativo em si, necessitam de valores tradicionalmente arraigados. Isto posto, a ação comunicativa dificilmente funcionará meramente como política de Estado, em que apenas os representantes a exercem plenamente. O escopo normativo da teoria do discurso pressupõe que o exercício dialógico seja um valor moral de longo alcance, compartilhado por todos os agentes. Isto posto, a normatividade do modelo habermasiano insiste no respeito à pluralidade de valores culturais e identidades, algo que faz parte do ideário republicano, apoiado na diversidade de concepções, como pregava o liberalismo (HABERMAS, 1995).

O princípio da racionalização normativa permite que, dentro das comunidades comunicativas, sempre o melhor argumento seja reconhecido por todos e, por conseguinte, o processo de tomada de decisão se torne igualmente racional. É no interior destas comunidades racionalmente normatizadas que podemos observar a luta por reconhecimento de Honneth.

Se a ação comunicativa é plural, então ela se propaga por identidades distintas entre si, muitas vezes conflitantes. Portanto, a ação comunicativa reforça que múltiplas identidades devem coexistir e serem reconhecidas moralmente. Honneth, nesse sentido, pensa uma *gramática moral* no sentido de compreender as dinâmicas do reconhecimento. O autor utiliza a teoria do reconhecimento do filósofo George Herbert Mead para fundamentar seu conceito de luta por reconhecimento (HONNETH, 2011). Mead define três principais categorias, a saber, *Me*, *Eu* e *outro generalizado*. O *Me* é a autoimagem produzida durante a interação com o “outro”, qual seja, a imagem que “o outro tem de mim” e que hospeda as normas sociais. Tais normas estão encarnadas no *outro generalizado*, estrutura que se apresenta como o corpo de regras a serem seguidas.

Portanto, o *Me* exerce o controle contínuo de como o “outro generalizado me vê”, ele é a estrutura responsável por assimilar as normas sociais e segui-las de acordo com o que o “outro” espera de nós. De outro lado, o *Eu* representa o potencial criativo dos sujeitos, a capacidade de questionar as normas sociais e dar a elas respostas criativas. O *Eu*, portanto, comenta o *Me*, modifica-o na medida em que adiciona a ele novos parâmetros. Assim, o refino das normas sociais depende dos conflitos entre *Eu* e *Me*. É deste conflito que surge o reconhecimento: o *Eu* impulsiona a criação de novas identidades e clama pelo reconhecimento delas. Esta luta enriquece a comunidade comunicativa da qual falávamos, uma vez que ela garante a pluralidade de visões (MEAD, 2021).

Honneth, na medida em que adiciona novos aspectos à teoria do reconhecimento de Mead, discute “a lógica moral das lutas sociais” (HONNETH, 2011). Como em Habermas, o aspecto moral define o respeito pelas identidades, isto é, o respeito e a aceitação de argumentos identitários distintos. Com efeito, a moral entendida somente como regras gerais, generalizáveis em um contexto social específico, tal como Émile Durkheim (2016) propunha, esconde o fator de exclusão dos preceitos normativos. Honneth, nessa perspectiva, debate a experiência moral de desrespeito de vários grupos sociais na modernidade. O desrespeito a certas identidades que se desviam dos códigos escritos na gramática moral vigente (HONNETH, 2011). Portanto, para o pensador alemão, a experiência de não estar inscrito na gramática moral é fator que impulsiona os movimentos sociais: “Trata-se do processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro” (HONNETH, 2011, p. 257). Em suma, o grupo clamará pela expansão normativa da gramática moral, para que esta possa incluir novas identidades.

A luta por “relações ampliadas de reconhecimento” (HONNETH, 2011, p. 257) sempre é, nessa perspectiva, coletiva e historicamente construída. Cada período histórico possui suas condições específicas de *intersubjetividade*, e ela pode ser ampliada mediante as lutas por reconhecimento. Em paralelo com Habermas, a ampliação do reconhecimento é fruto do consenso pautado nos valores morais compartilhados pela comunidade comunicativa. Portanto, a formação de movimentos sociais e políticos, nesta perspectiva, está em íntima relação com a luta por reconhecimento de grupos

identitários desrespeitados. São estas lutas, localizadas no campo moral, que impactam a vida cultural no sentido de ampliar as formas de solidariedade social, e não o contrário.

A caminhada teórica de Habermas para Honneth subverte, ainda que em alguma medida, a noção clássica de *totalidade histórica* marxista. Em Marx, bem como nos teóricos de primeira geração da *Teoria Crítica da Sociedade*, proletariado e burguesia são categorias universais e conflitantes. Assim, cada uma delas possui características abrangentes oferecidas pela história, e que transcendem fatores particulares como região, raça, gênero, dentre outros marcadores sociais. A noção de *totalidade histórica* estabelece a inexorabilidade do próprio processo histórico. Por conseguinte, invariavelmente proletariado e burguesia entrarão em disputa, independentemente dos sujeitos que compõem ambas as classes. Logo, as ações que perpassam o processo histórico serão sempre totais, isto é, são a vontade de uma classe que age em bloco. Como reforça Giovanni Saavedra, intérprete de Honneth, o pensador alemão busca retomar o papel da ação social, intersubjetivamente construídas. Nesse sentido, ao contrário do que a noção de totalidade histórica coloca, a teoria de Honneth reabilita o papel do sujeito nas lutas sociais. No entanto, o pensador não ignora três princípios fundamentais do marxismo: todas as relações sociais têm o potencial de se tornarem relações de poder; o motor da história é a luta social; a revolta é parte da estrutura antropológica do ser humano (SAAVEDRA, 2007). Portanto, a luta por reconhecimento está no espectro das lutas sociais fundamentais para a transformação da história. O autor desloca sua teoria para fora do escopo econômico-estrutural de Marx, em que é possível existir ação sem sujeito. Assim, do ponto de vista hermenêutico, a comunicação é o que alimenta a transmissão intergeracional das tradições, na medida em que os sujeitos agem comunicativamente. Estes trocam entre si características identitárias intersubjetivamente.

Por fim, é relevante mencionar que o reconhecimento em Honneth possui outras dimensões importantes para além da solidariedade e o reconhecimento moral ou jurídico. Sob o nível coletivo, o amor é um sentimento fundamental para que os indivíduos construam a *autoconfiança*. Isto posto, o reconhecimento do “outro”, de identidades em formação, é também um movimento afetivo que, por sua vez, escapa à

racionalidade recuperada por Habermas. A proposta de Honneth integra a virada afetiva da teoria sociológica contemporânea.

A quebra da totalidade histórica coloca as seguintes questões: os movimentos sociais resultam do desrespeito às identidades, e não somente dos embates entre classes sociais? Logo, o conceito de classe social pode ser substituído pelo conceito de identidade? Ou ambos seriam complementares? Por fim, a pergunta mais importante seria: os conceitos de identidade e reconhecimento possuem o mesmo potencial de crítica ao autoritarismo? Em síntese, trata-se de duas noções antagônicas. A gramática moral de Honneth pressupõe a pluralidade de ações comunicativas e de formação de sujeitos ativos politicamente. Por outro lado, a totalidade histórica marxista critica as formas de opressão ao focalizar os grandes movimentos da história, cujo sentido é justamente interpretar a formação de uma consciência de classe ampla e generalizada. A tríade comunicação, identidade e reconhecimento, por mais que preserve alguns princípios fundamentais em Marx, desenvolve uma outra cosmovisão: ela substitui o estruturalismo pela miríade de sujeitos comunicativos, em luta pelo direito de serem ouvidos e reconhecidos. Desse modo, como salienta o pesquisador Edimilson Paraná, Honneth contribui para o aprimoramento da teoria habermasiana da comunicação:

Trata-se, portanto, não mais de pensar uma teoria da ação comunicativa fundada em uma pragmática da linguagem, e sim em uma gramática moral dos conflitos sociais, como sugere o subtítulo de seu livro. Dessa forma, o autor está empenhado em desvelar a lógica moral dos conflitos sociais, para encontrar aí a “fonte motivacional de um progresso social”. Assim, se há concordância entre eles no que se refere à construção de uma Teoria Crítica a partir de um paradigma intersubjetivista, enquanto Habermas está preocupado com o consenso como resultado da interação, Honneth analisa essa interação a partir da perspectiva do conflito (PARANÁ, 2016, p. 193).

Portanto, a natureza conflitiva das relações sociais admite a profusão de identidades em busca por reconhecimento. O conflito, neste contexto, pressupõe a convivência não destrutiva das diferentes identidades – a luta se dá no campo dialógico da democracia. Resta saber se essa cosmovisão é capaz de fazer frente ao fascismo, tal como a primeira geração de frankfurtianos o fez.

Traços psicológicos e sociais do radicalismo de direita

Adorno, em sua conferência intitulada *Aspectos do novo radicalismo de direita* (2020), disserta sobre os traços persistentes da ideologia fascista após a Segunda Guerra. Para o autor, aspectos importantes do radicalismo de direita continuam vivos uma vez que continua a produzir seguidores. A crescente desigualdade no capitalismo moderno e o nacionalismo resistente impulsionam movimentações fascistas, principalmente dentro da pequena burguesia. Assim, Adorno, ainda imerso na visão de mundo da totalidade histórica, explica a persistência do fascismo sob a perspectiva das transformações capitalistas. Para ele, a profunda exploração capitalista e a acentuação dos conflitos de classe são bases fundamentais para a renovação do fascismo. Assim, o autor sugere algumas características desse novo movimento que, por sua vez, resguarda paralelos com o velho fascismo (ADORNO, 2020).

Em primeiro lugar, o radicalismo de direita é acompanhado por um “sentimento de catástrofe” (ADORNO, 2020, p. 51). A extrema direita profetiza um grande colapso civilizacional na medida em que se impõe como a solução para ele. Adorno menciona que os ideólogos de direita são como astrólogos a fantasiar sobre o fim do mundo, esta é uma das maneiras pelas quais eles estabelecem contato direto com as massas (ADORNO, 2020).

Ademais, o fascismo, em Adorno, é um sistema composto de delírios. Os agitadores fascistas sustentam o “tipo manipulador” (ADORNO, 2020, p. 57): sujeitos “frios”, “desprovidos de relação”, “inclinados à tecnologia”, “maníacos”. Portanto, a coesão do sistema delirante depende da manipulação das massas, no sentido de aliciá-las contra determinadas forças políticas. Esse efeito manipulador, segundo o autor, leva a consequências drásticas: “essa política inevitavelmente conduzirá seus próprios apoiadores à desgraça” (ADORNO, 2020, p. 58). Desse modo, o radicalismo interfere profundamente na liberdade privada, pois, impõe um tipo de disciplina militar, pautada na ordem acima de tudo. A “fetichização de tudo que é militar” (ADORNO, 2020, p. 59) implica em um estilo de vida insustentável e que “não se verifica pela razão” (ADORNO, 2020, p. 59). Adorno debate assim como a disciplina radical de direita produz jovens doentes, irracionais ao serem integrados nos movimentos de massa fascistas.

Adorno descreve também os truques utilizados pelos agitadores fascistas para aliciar as massas. O principal deles é a exposição de conhecimentos dificilmente verificáveis. Os agitadores fascistas distorcem os fatos históricos, o que leva a crer que o massacre dos judeus, por exemplo, nunca existiu. Tais truques estão fortemente relacionados à propaganda fascista. Em Adorno, a extrema direita não possui teorização sólida: a ideologia é fragmentada, a práxis é desprovida de conceitos. Portanto, a propaganda possui o papel de disseminar a ideologia irracional enquanto articula distorções factuais (ADORNO, 2020).

Assim, o radicalismo produz efeitos no “setor cultural” (ADORNO, 2020, p. 59). Os movimentos fascistas reagem culturalmente a grupos externos, como por exemplo comunistas e judeus. Os “inimigos designados” (ADORNO, 2020, p. 59) constituem o caráter provinciano das agitações fascistas, visto que a luta contra o inimigo reúne apoiadores no âmbito local contra elementos estrangeiros.

Por fim, e isto é o mais interessante na interpretação adorniana do radicalismo de direita, a teorização vazia, irracional, sem objetivo claro, bem como a propaganda fascista, permanece viva em estado de latência. A derrota do fascismo na guerra não foi o bastante para eliminá-lo: Adorno alerta que a resignação de nada adiantará contra a extrema direita, ela precisa ser combatida ativamente. Descrever os truques, por exemplo, será bastante eficaz contra a permanência das movimentações fascistas. Assim, o radicalismo é um conjunto de traços psicológicos historicamente perenes, enraizados nas sociedades modernas. Adorno nos dá ferramentas para identificar tais traços no sentido de combatê-los na vida política.

Portanto, o raciocínio do autor define os traços psicológicos e sociológicos gerais da personalidade autoritária. O tipo fascista é manipulador, militarizado e irracional. Como Adorno e Horkheimer mencionam em *Dialética do Esclarecimento* (2006), tais características se reproduzem dado que as promessas civilizacionais de prosperidade do capitalistas no pós-guerra não foram cumpridas. A vida esclarecida representa, para os autores, a ascensão da razão instrumental em detrimento pensamento mitológico. O objetivo do enaltecimento da razão está atrelado à noção de eficiência da *técnica*, cuja aplicação se dará na produção industrial de mercadorias. Por conseguinte, o mundo esclarecido representa a ascensão progressiva da racionalidade, na medida em que

substitui as velhas explicações, de origem teológica ou mítica. O *desencantamento do mundo* é um dos grandes efeitos da vida esclarecida (ADORNO; HORKHEIMER, 2006). Portanto, a escalada autoritária que produziu o holocausto, para Adorno e Horkheimer, é resultado dos movimentos dialéticos do esclarecimento, nos quais racionalidade mítica e racionalidade iluminista se negam e se complementam. As promessas do iluminismo de liberdade individual foram suprimidas por esse processo histórico, o esclarecimento foi incapaz de responder ao vazio deixado pela queda das tradições milenares.

Nessa perspectiva, os traços psicológicos possuem fundamentos históricos e sociais de longo alcance. Logo, a descrição adorniana remonta um tipo de psicologia social que se inicia da dialética entre mito e racionalidade para, por fim, chegar nos traços da personalidade autoritária. Ainda que Adorno se aproxime de uma psicologia, a cor dos sujeitos em sua teoria é bastante esmorecida. A formação autoritária é descrita como uma grande narrativa com características próprias. Inversamente, identidade e reconhecimento em Honneth pressupõe pequenas narrativas, cujo foco é o aspecto mais provinciano e local da história. A crítica ao autoritarismo em Honneth ficaria em segundo plano – ele está mais interessado na construção de identidades, e como cada uma delas contribui para novas formas de solidariedade social. Nesse sentido, o filósofo contemporâneo se volta para a experiência pós-fascismo, na qual seria possível produzir uma gramática moral ampliada. Desse modo, Honneth sugere que as lutas por reconhecimento possuem espaço suficiente em sociedades liberais. Sob a perspectiva de Adorno, a visão de mundo liberal produz e reproduz opressões de caráter fascista e, por conseguinte, a possibilidade de criação de uma ampla gramática moral é pequena. Os inimigos designados continuarão a serem escolhidos por grupos extremistas, e, por conseguinte, estes lutarão pela hegemonia política.

Em suma, o potencial crítico da teoria do reconhecimento é pequeno se comparado à proposta teórica de estudo do nazifascismo adorniana. Com efeito, é criticável o caráter dialético-estruturalista, de origem marxista, que insere o sujeito nas massas, e, por conseguinte, diminui seu potencial de ação. Entretanto, a produção de grandes narrativas sobre o fascismo nos ajuda a localizar suas características sociológicas e psicológicas mais amplas, e que se repetem em várias partes do globo. Os conceitos de identidade e reconhecimento, se fizermos o retorno para Adorno, parecem se ajustar à

democracia neoliberal. Por esses motivos, autores mais contemporâneos se voltam para a teoria adorniana no sentido de interpretar o autoritarismo resistente nas sociedades liberais, bem como as extremas desigualdades e exploração no capitalismo contemporâneo. Existe, atualmente, a tentativa de atualizar criativamente a cosmovisão baseada na *totalidade histórica*. De todo modo, seria imprudente abandonar a luta por reconhecimento em detrimento dos conflitos de classe ou vice-versa.

Reconhecimento ou redistribuição? Identidade ou desamparo?

Três autores contemporâneos debatem a controvérsia entre reconhecimento e classe social: Nancy Fraser, Maria Rita Kehl e Vladimir Safatle. Vejamos como estes autores se articulam numa crítica à teoria de Honneth.

Em *O circuito dos afetos* (2016), Vladimir Safatle questiona o papel da estrutura racional-normativa na condução da vida social. Assim, o autor defende que a circulação dos afetos é fundamental da produção de vínculos sociais. Portanto, o “corpo político” não é atravessado apenas por normas passíveis de serem compreendidas e racionalmente modificáveis. Inversamente, esse corpo é permeado por um circuito de afetos indissociável da reprodução social.

O primeiro afeto citado pelo autor é o medo. Este insere o “medo do invasor” hobbesiano, cujo aspecto principal é a defesa da integridade e da privacidade. Desse modo, o medo hobbesiano define a individualidade extremada iniciada na modernidade. O outro, nesse sentido, é sempre um “invasor potencial” (SAFATLE, 2016, p. 17).

Essa individualidade profunda, forjada pelo medo, produz sujeitos predicáveis, a saber, indivíduos portadores de características específicas e distintas entre si. O fator predicável, para o autor, culmina na profusão de identidades na contemporaneidade. Safatle, em contraposição a Honneth, questiona justamente a formação dessas identidades reconhecíveis para a compreensão da vida social. Os afetos ultrapassam o reconhecimento identitário na medida em que pressupõe o “desamparo como afeto político central” (SAFATLE, 2016, p. 18). Este afeto possui duplo sentido. Ele pode ser alienante, caso seja continuamente negado como atualmente; ou, por outro lado, ele inclui o potencial emancipador ao ser afirmado. Portanto, o desamparo guia para um

tipo de vínculo por despossessão, no qual os predicados passam para o segundo plano e algo de mais unísono surge na esfera política.

Safatle discute a possibilidade de afastar a profusão de identidades do campo político. O afeto por desamparo produz um tipo de conexão “impredicada” (SAFATLE, 2016, p. 22), distante da noção identidade, entre sujeitos agora indetermináveis. O reconhecimento não passa pelas características identitárias, mas sim pelo aspecto político generalizável de agentes despossuídos. Assim, o pressuposto identitário adiciona predicados que impedem a união ampla dos sujeitos em grandes circuitos de afetos. O resultado desse processo é a pulverização de grupos políticos distintos entre si e, conseqüentemente, a desmobilização coletiva.

As reflexões sobre o desamparo conduzem o autor de volta para o pensamento marxista. A união do proletariado tem como base a condição de despossuídos de identidade dos sujeitos da mesma classe. Esse nível de união rejeita a sujeição ao reconhecimento do Outro, pois, desenvolve relações cujo pressuposto é a liberdade.

Por fim, Safatle critica o conceito de identidade ao descrever o afeto por desamparo. O desamparo conecta os sujeitos afetivamente visto que o pressuposto para a união é a falta, a própria necessidade de encontrar amparo no Outro igualmente despossuído. A teoria do autor, nesse sentido, questiona a atomização proposta por Honneth, em que cada nova identidade é reconhecida e adicionada à gramática moral. A pulverização de identidades, sob a interpretação de Safatle, reproduz a individualização extrema, incapaz de unir os sujeitos politicamente. Esta desunião enfraquece a luta contra o fascismo que insiste em conquistar espaços centrais no cenário político. Novamente, sob essa perspectiva dos sujeitos predicáveis, o potencial de resistência à extrema-direita sob a égide da luta por reconhecimento permanece enfraquecido. Portanto, Safatle recupera as dinâmicas da totalidade histórica marxista na medida em que retomar a urgência da consciência de classe. A união proletária sob o desamparo, qual seja, sem predicados que possam desagregar a classe trabalhadora, parte da consciência de que o Outro está na mesma condição de exploração capitalista profunda. Com efeito, o desamparo é a consciência de que se é ainda mais despossuído na modernidade dado que uma classe exploradora detém o controle dos instrumentos de produção. Nesta perspectiva, os sujeitos que se integram em algum grupo identitário

substituem o desamparo pela fixidez da identidade, enquanto deixam de perceberem a si mesmos como massa explorada pelo grande capital.

Maria Rita Kehl, de maneira similar a Safatle, observa a contribuição dos afetos para a construção das democracias liberais. A autora descreve o *ressentimento* como afeto imperante na modernidade iluminista. Kehl define este afeto como a insatisfação generalizada em reação às promessas não cumpridas de igualdade social pelo liberalismo. Tal sentimento, porém, não produz revoltas contra a estrutura hierárquica capitalista desigual. O ressentimento é uma força apassivadora dos indivíduos na medida em que desenvolve a identificação entre oprimidos e opressores (KEHL, 2021).

Para a autora, o ressentido adere facilmente ao conservadorismo, pois, ele não se revolta contra a estrutura de poderes em si. A expressão política apagada do ressentido destrói o ideal republicano de participação. Portanto, Kehl argumenta que a participação política, a revolta e os movimentos sociais organizados e ativos, são soluções para o ressentimento (KEHL, 2021). Assim, Kehl interpreta criticamente os conceitos de busca por reconhecimento e identidade na medida em que ambos constituem afetos capazes de apaziguar a revolta contra o autoritarismo:

Em primeiro lugar, porque o reconhecimento de alguns exclui necessariamente o dos outros – o reconhecimento se efetiva ao produzir o destaque de uma minoria contra o pano de fundo do anonimato geral. Em segundo lugar, o desejo de reconhecimento, para ser satisfeito, depende de que alguém esteja em posição de conferir notoriedade a uns poucos, em meio à massa dos homens comuns. Pressupõe, portanto, a manutenção da desigualdade que pretende contestar. O desejo de reconhecimento coloca os indivíduos na dependência de que o olhar de um Outro, em posição de poder, venha reparar uma humilhação e atestar o valor dos desvalidos. Ou então, pode levar a que todos tentem se fazer reconhecer como vítimas – o que, em vez de subverter, termina por preservar as condições que produziram o prejuízo (KEHL, 2021, p. 180).

O abandono dos sujeitos pelo Estado os faz se agarrarem às identidades. Entretanto, a produção de identidades, nesta perspectiva, resulta em indivíduos vitimizados e divididos entre si, incapacitados de se revoltarem contra as estruturas de poder. Para além disso, a indústria cultural permite que o modo de vida das elites chegue às massas, o que dificulta ainda mais o processo de consciência de classe. Portanto, o argumento psicanalítico de Kehl retoma, tal como em Safatle, o conceito marxista de classe na medida em que critica a atomização provocada pela busca por reconhecimento

(KEHL, 2021). Os processos identitários apenas reforçam a vitimização visto que transferem para o Outro o poder de conferir reconhecimento.

Se em Safatle temos no desamparo o afeto que une os sujeitos num único grupo político de resistência, em Kehl encontramos o seu reverso. O ressentimento é o afeto universal da modernidade cuja função é a perpetuação das relações de poder. Ele impede que se quebre as barreiras identitárias vitimizantes para que os sujeitos reajam por eles mesmos contra o autoritarismo. A gramática moral de Honneth está próxima do círculo do amor, cujo sentido é também a produção de solidariedade. Safatle e Kehl questionam o amor voltado para novas identidades enquanto afeto mais importante. Este afeto, cujo significado é atribuir a *autoconfiança* aos indivíduos, contribui para a pulverização de vários selfs identitários, visto que cada um deve ser valorizado afetivamente pelas comunidades comunicativas. Portanto, o círculo de afetos proposto por Honneth remete ao amor provincial, de aspecto local. A proposta de Safatle e Kehl é construir teoricamente um círculo de afetos amplo, potente o bastante para retomar a força da classe não-hegemônica ou operária.

Nancy Fraser, de outro lado, seria a autora que tenta conciliar os dois níveis de análise. As políticas do reconhecimento, centradas no modelo da gramática moral, e políticas de redistribuição, localizada no espectro marxista da *totalidade histórica* e da luta de classes, podem ser lidas em conjunto. Contudo, a autora possui certa predileção teórica pelas disposições redistributivas.

Fraser, em *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista*, afirma que o conceito de reconhecimento substituiu, na era pós-socialista, o conceito de redistribuição e classe (FRASER, 2001). Desse modo, a contemporaneidade está marcada por diferenças identitárias, enquanto as diferenças de classe passaram para o segundo plano analítico. Assim, a autora constrói modelos teóricos a partir das noções de reconhecimento e redistribuição. O reconhecimento está localizado no espectro cultural, moral e valorativo. Ele possui base predominantemente identitária, e, por conseguinte, pressupõe formas de desrespeito ou não-reconhecimento. Desse modo, o remédio para injustiças morais deste tipo é a mudança cultural ou simbólica (FRASER, 2001). Por outro lado, redistribuição e classe estão localizadas na esfera econômica. Ademais, a noção de redistribuição se aproxima dos conceitos marxistas de exploração

capitalista e crescimento exponencial das desigualdades no mundo moderno. O remédio para esta forma de injustiça é a “reestruturação político-econômica” (FRASER, 2001, p. 252).

No sentido de unir ambas as categorias, a autora utiliza as noções de *redistribuição afirmativa* e *redistribuição transformativa*. A primeira, no nível econômico, promove as “realocações superficiais de bens existentes” (FRASER, 2001, p. 257), na medida em que diminui as desigualdades sem agir profundamente sobre a estrutura econômica capitalista. Assim, a redistribuição afirmativa está próxima do *Estado de Bem-Estar liberal*. Analogamente, esta, ao agir sobre o reconhecimento, funda as bases para o *multiculturalismo dominante*, que, por sua vez, abre espaço para que as identidades passem a ser respeitadas. Entretanto, o respeito às identidades nesse contexto não deixa de ser superficial, uma vez que a redistribuição afirmativa não produz modificações nas estruturas que produzem não-reconhecimento.

A redistribuição transformativa, ao contrário, possibilita a reestruturação econômica sob a égide do socialismo. Ademais, ela viabiliza as mudanças profundas nas diferenças identitárias e nas políticas de não-reconhecimento. Por conseguinte, o desrespeito é combatido pela redução das diferenças econômicas estruturais entre os grupos identitários (FRASER, 2001).

Portanto, o modelo teórico de Fraser compreende que as políticas redistributivas podem agir sobre as dinâmicas de reconhecimento. O aspecto identitário, desse modo, é dificilmente separável das desigualdades entre classes sociais. Portanto, Fraser ainda atribui maior valor ao cenário econômico. A autora defende que as políticas transformativas são mais eficientes no sentido de garantir a diminuição das desigualdades e assegurar o reconhecimento. Em questões de gênero e raça, por exemplo, o dilema redistribuição/reconhecimento se resolve quando os indivíduos renunciam a seus “interesses e identidades” (FRASER, 2001, p. 279) no sentido de construir uma sociedade economicamente socialista e desconstruída culturalmente.

O olhar retrospectivo sobre a cosmovisão que circula a díade identidade e reconhecimento revela, como menciona Fraser, a matriz hermenêutica pós-socialista. Logo, o período histórico que marca a luta por reconhecimento é aquele em que o fascismo foi derrotado em guerra. O triunfo das democracias liberais no globo, se

observarmos a história das ideias aqui traçada, condiz com a mudança de perspectiva teórica, em que as grandes narrativas sobre a luta de classes e a ascensão do fascismo são substituídas pela profusão de identidades.

Adorno já alertava para os perigos de se ignorar os traços persistentes do fascismo mesmo após sua derrota na guerra. O empobrecimento das classes médias, bem como o aprofundamento das desigualdades, abre espaço para que agitadores fascistas comuniquem efetivamente às massas as falsas promessas de salvação e prosperidade para todos. Kehl e, principalmente, Safatle, seguem os caminhos teóricos adornianos para confirmar o recrudescimento fascista. Ademais, e o que parece ser mais relevante, ambos os autores avançam consideravelmente em relação à perspectiva racionalista de Adorno. Esta, por sua vez, visava reabilitar criticamente o esclarecimento, retirá-lo dos esteios liberais-burgueses, em direção à construção de uma racionalidade crítica. Entretanto, o circuito dos afetos pode reproduzir práticas autoritárias sistematicamente, de modo que o mero argumento racional dificilmente será o bastante para despertar os sujeitos da manipulação fascista.

Honneth, por mais que não ignore o papel dos afetos na vida política, perde seu potencial crítico ao confiar nos procedimentos democráticos liberais. O palco jurídico da luta por reconhecimento, baseado nos tribunais ocidentais de origem iluminista, parece ser suficiente para o pensador alemão. Contudo, se retornamos a Adorno, bem como aos intelectuais mais recentes aqui recuperados, a ordem liberal moderna produz certos tipos de afetos, como o medo e o ressentimento, que alimentam personalidades e grupos autoritários. Se estes grupos persistem, então o reconhecimento de novas identidades e a ampliação da gramática moral se torna quase impossível. O conservadorismo, sob a perspectiva adorniana, é demasiadamente autocentrado para permitir a luta por reconhecimento: a tendência de líderes fascistas é justamente reprimir toda e qualquer tipo de luta que possa ampliar a diversidade social. Desse modo, Paraná argumenta criticamente:

O diagnóstico de um esgotamento do modelo de lutas sociais de orientação marxista em nosso tempo pode até ser correto, no entanto, o despontar de uma sociedade pós-socialista, pós-moderna, mantém intactos os aspectos centrais da dominação econômica e cultural capitalista. Se é verdade que no atual estágio do capitalismo vivenciamos uma conjuntura marcada pelo surgimento

de diferentes lutas e movimentos sociais voltados para a garantia da identidade ou diferença, este capitalismo segue se caracterizando tanto pela centralidade do trabalho na produção da riqueza, quanto pela obstaculização de uma subjetividade autônoma, como buscou detectar, conforme demonstramos, a primeira Teoria Crítica. O capitalismo em sua configuração atual deve ser, dessa forma, o ponto de partida para uma compreensão ampla da dominação, e enquanto tal um domínio da experiência que ultrapassa aquele alcançado pelas noções de injustiça ou desrespeito (PARANÁ, 2016, p. 195).

Por fim, o retorno à primeira geração da Teoria Crítica contribui para questionar a liberdade subjetiva no capitalismo contemporâneo. É bastante possível que o modelo identitário seja cerceado pela dominação capitalista, no sentido de impedir a ampliação da gramática moral tal como concebida por Honneth. Com efeito, as dinâmicas de dominação no capitalismo atual impedem que a democracia pautada na comunicação mútua e na circulação de afetos positivos ganhe consistência prática.

Considerações finais

Ainda que a luta por reconhecimento seja criticável à luz desses autores, seria inviável, sob nossa perspectiva teórica, descartar esse importante conceito. Em primeiro lugar, observamos empiricamente a multiplicidade de grupos identitários na contemporaneidade. Basta ver o movimento LGBTQIA+, os movimentos pela igualdade racial, o movimento feminista, cuja cisão é evidente durante a formação do movimento feminista negro. Cada um desses exemplos possui fragmentações identitárias em seu interior, o que explicaria os conflitos inerentes à formação de movimentos sociais. Como, então, adotar uma postura normativizadora com destino à reagregação das identidades numa classe trabalhadora? Ou ainda: o proletariado não é em si um grupo identitário?

Seria difícil acreditar que a massa de trabalhadores não é a tentativa de formulação de um grande movimento identitário contra a formação da identidade burguesa. Poderíamos concluir também que o movimento de trabalhadores é permeado de sub-identidades, cada dia mais numerosas. Aliás, a riqueza e a potência política de movimentos sociais residem justamente na diversidade de pensamentos, no conflito harmonioso de ideias. Tal conflito é marcado pelo reconhecimento de novas

identidades, na medida em que a ação comunicativa possui espaço democrático de existência.

Portanto, a noção de *totalidade histórica* é uma maneira de universalizar a identidade proletária, como se esta fosse o resultado generalizante do capitalismo avançado. Com efeito, sob nossa ótica, Adorno, alicerçado na teoria marxista, descreve com propriedade o declínio do esclarecimento somado à ascensão fascista. Ambos os processos são, para nós, de fato a consequência da hipertrofia da técnica após a difusão da mentalidade capitalista. No entanto, caberia problematizar se não existiriam ruídos em tal processo, dado que observamos a aparição de identidades que escapam à classe trabalhadora e à consciência de classe. Nessa perspectiva, a porosidade do processo histórico é mais bem definida pela luta por reconhecimento de Honneth.

Por fim, se interpretarmos Adorno, Fraser, Kehl e Safatle sociologicamente, podemos concluir que estes autores estão do lado macrosociológico da pesquisa social. De outro lado, Habermas, e, principalmente, Honneth estão mais interessados numa microsociologia das interações sociais. Defendemos aqui que ambos os lados são complementares para o pensamento sociológico. O esforço crítico de pesquisa muitas vezes transita pela macrosociologia das grandes narrativas dialéticas, ao passo que mergulha no nível microsociológico das interações provincianas ou locais, reciprocamente. O estudo detido dessas duas cosmovisões permite seguir mais de perto as curvas sinuosas, muitas vezes labirínticas, do conflito político nas democracias liberais, bem como transcendê-las para outras formas possíveis de se fazer política.

Referências

ADORNO, T. W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**: conferência. Tradução: Felipe Catalani. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução: Guido Antônio De Almeida. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

DURKHEIM, É. **Da Divisão do Trabalho Social**. Tradução: Eduardo Brandão. [s.l.] WMF Martins Fontes, 2016.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Ed.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília, DF: Editora UnB, 2001. p. 479.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 39-53, 1995.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Tradução: Thomas MacCarthy. Nachdr. ed. Boston: Beacon, 2007.

HABERMAS, J. **Teoria da ação comunicativa - 2 volumes: Racionalidade da ação e racionalização social | Para a crítica da razão funcionalista**. Tradução: Luiz Repa. 1ª edição ed. [s.l.] Editora Unesp, 2022.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução: Luiz Sérgio Repa. 2. ed., 1. reimpr ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Em: Os Pensadores. Tradução: Edgard Malagodi; Tradução: Ronaldo Cunha. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEHL, M. R. **Ressentimento**. 3ª edição, revista e ampliada ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

MANNHEIM, K. **Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge**. Tradução: Louis Wirth. 1ª ed. Mansfield Centre, CT: Martino Publishing, 2015.

MARX, K. A Mercadoria. Em: **O Capital: crítica da economia política**. Livro I - O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Ederle. 1. ed. [s.l.] Boitempo, 2013. v. 1.

MEAD, G. H. **Mente, self e sociedade: Edição definitiva**. Tradução: Maria Sílvia Mourão. 1ª edição ed. [s.l.] Editora Vozes, 2021.

PARANÁ, E. Adorno, Habermas, Honneth: uma genealogia da contradição capital-trabalho nas três gerações da Teoria Crítica. **SER Social**, v. 18, n. 38, p. 177-201, 7 nov. 2016.

SAAVEDRA, G. A teoria crítica de Axel Honneth. Em: SOUZA, J.; MATOS, P. (Eds.). **Teoria Crítica No Século XXI**. 1ª edição ed. [s.l.] Annablume, 2007.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo (SP): Autêntica, 2016.